

ENC: Ofício: 122/2021 - Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)

Marcelo de Almeida Frota

seg 20/09/2021 09:37

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

 1 anexo

122 - Ofício Senadores PL Geral Licenciamento Rodrigo Pacheco.pdf;

De: Sen. Rodrigo Pacheco

Enviada em: quinta-feira, 16 de setembro de 2021 11:13

Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>

Assunto: ENC: Ofício: 122/2021 - Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)

De: Keide - ACIJ [<mailto:secretaria@acij.com.br>]

Enviada em: quarta-feira, 15 de setembro de 2021 16:46

Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>

Assunto: Ofício: 122/2021 - Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)

**Excelentíssimo Senhor
RODRIGO PACHECO
MD PRESIDENTE DO SENADO DA REPÚBLICA
Brasília - DF**

Ofício 122/2021 – Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) – Ref.: Projeto de Lei 2.159/21

Atenciosamente,



Economia Forte, Cidade Feliz

**Keide Cristiane
Secretaria**

ACIJ - Associação Empresarial de Joinville

Avenida Aluisio Pires Condeixa, 2.550

Saguaçu - Joinville - SC - CEP: 89.221-750

+55 47 3461-3386 - 47 98817-7150 Whats

www.acij.com.br

A ACIJ pauta sua atuação por seu Código de Ética, em conformidade com a Legislação Brasileira. Qualquer situação irregular deve ser informada através do Sistema de Ética pelos canais: etica@acij.com.br ou 47-34613333. Este e-mail e seus anexos podem conter informações confidenciais. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor apague-a e notifique o remetente imediatamente.



Economia Forte, Cidade Feliz

Joinville/SC, 15 de setembro de 2021.

Ofício 122/2021

**Excelentíssimo Senhor
RODRIGO PACHECO
MD PRESIDENTE DO SENADO DA REPÚBLICA
Brasília - DF**

Prezado Presidente,

A Associação Empresarial de Joinville – ACIJ, vale-se desta correspondência para ao cumprimentá-lo, REITERAR pedido de vossa atenção ao projeto de lei geral de licenciamento ambiental, que foi aprovado na Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei 3.729/2004, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências”, cujo texto base foi amplamente debatido, o qual será **pauta de Audiência Pública nesta quinta-feira 16/09/2021 e posterior deliberação do Senado Federal, na forma do Projeto de Lei 2.159/21.**

O projeto foi debatido por longos 17 anos, recebeu inúmeros apensos e até sua quarta versão, havia sido discutido em audiências públicas, sendo a quinta versão apresentada ao Plenário da Câmara pelo Relator Deputado Neri Gueller, com pouquíssimas mudanças, sem alterar conceitos e estrutura já amplamente debatidos. Todas as versões apresentadas pelo ex relator Deputado Kim Kataguirí, foram ajustadas, resultado de extensas negociações e audiências públicas, e o texto, na forma que está, representou uma proposta de legislação positiva para o desenvolvimento econômico e sustentável no país.

Neste sentido pedimos seu apoio na aprovação do texto base (aprovado na Câmara), destacando que nesta atual versão, o projeto respeita a autonomia e competências de estados e municípios em matéria ambiental; considera as licenças, procedimentos e estudos adaptados à características de cada empreendimento; cria procedimentos simplificados e declaratórios de acordo com o tipo, tamanho e potencial poluidor do empreendimento; proíbe condições e exigências abusivas não relacionadas com os impactos do empreendimento; além de estabelecer prazos razoáveis para todas as etapas, com informatização e transparência ao processo administrativo.

No entanto, em sendo oportuno e conveniente, **uma melhoria a ser introduzida é ajustar a exigência contida no texto de EIA/RIMA para todo processo realizado pelo modelo trifásico.** Essa definição poderia numa melhor redação, se dar pelos Conselhos (que tem em sua composição, entre outros segmentos, representantes do setor produtivo), observadas as particularidades locais.

RQ 0019 Rev. 04



Reiteramos que a aprovação do texto pelo Senado é importante para dar maior transparência e previsibilidade ao processo, reduzir o tempo de aprovação de licenças, otimizar estudos e reduzir os custos do licenciamento com reflexos diretos no desenvolvimento econômico e sustentável, nas três esferas de governo.

Por oportuno, destaca-se que não podemos perder os avanços obtidos no Estado de Santa Catarina com o *licenciamento por adesão e compromisso – LAC (autodeclaratório)*. Primado pelo reconhecimento da boa-fé na relação entre Administração e administrados, conhecimento prévio das características e impactos da atividade licenciável pelo órgão ambiental, além das condicionantes pré-estabelecidas (não atrelando a LAC simplesmente ao porte e potencial do empreendimento), almejamos que a regulamentação a nível federal, confira maior segurança jurídica, para que os Municípios, por exemplo, também a possam implementar.

Certos de vossa especial atenção e apoio, agradecemos antecipadamente, na expectativa da acolhida.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO
CORSINI:51713322900

Assinado de forma digital por
MARCO ANTONIO
CORSINI:51713322900
Dados: 2021.09.15 16:37:13 -03'00'

Marco Antonio Corsini
Presidente da ACIJ



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 61/2021 - ATRSGM

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.090745/2021-67
2. PDL nº 342, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.092149/2021-11
3. MPV nº 1051, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.090784/2021-64
4. PLN nº 15, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.100825/2021-38
5. PL nº 1605, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.101410/2021-81
6. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101373/2021-10
7. PL nº 2337, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101405/2021-79
8. PLS nº 261, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.101411/2021-26
9. PL nº 2022, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.103055/2021-85
10. PLS nº 261, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.103415/2021-49
11. PL nº 4199, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.100808/2021-09
12. PLC nº 151, de 2015. Documento SIGAD nº 00100.101724/2021-84
13. PLS nº 214, de 2016. Documento SIGAD nº 00100.101749/2021-88
14. PLC nº 26, de 2017. Documento SIGAD nº 00100.101718/2021-27
15. PL nº 2022, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.098928/2021-21
16. PL nº 5961, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.098919/2021-30
17. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.099258/2021-60
18. PL nº 2022, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.093968/2021-86
19. PL nº 2022, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.097993/2021-39
20. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.098008/2021-11
21. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.097339/2021-25
22. PL nº 2022, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.098082/2021-29



- 23. PL nº 2159, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.097121/2021-71
- 24. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.090579/2021-07
- 25. PL nº 3461, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.097101/2021-08

Secretaria-Geral da Mesa, 07 de outubro de 2021.

(assinado digitalmente)
IVAN FURLAN FALCONI
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

